

O PAPEL PROTAGONISTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Aluna: Flavia Brambilla Conti
Orientadora: Andréia Clapp Salvador

Introdução:

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “O papel protagonista dos movimentos sociais nas ações afirmativas brasileiras”, desenvolvido pela professora Andréia Clapp Salvador, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O subprojeto que teve início em julho de 2009, busca investigar as formas de participação de movimentos sociais e de seus ativistas políticos, no processo de constituição das políticas afirmativas, mais especificamente aquelas geradas pelo PVNC. No caso brasileiro, as políticas de viés afirmativo apareceram como uma resposta às exigências feitas por grupos sociais como: negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros, por direitos coletivos e culturais. Esses grupos que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Desta forma, ao se falar da gênese das políticas afirmativas no Brasil não se pode deixar de enfatizar a ação política realizada pelos movimentos sociais, no processo de elaboração e implementação destas políticas. O nosso ponto de partida para este estudo é o Pré-vestibular para Negros e Carentes, um movimento social de educação popular, que vem desde a década de 90 lutando pela implementação de políticas afirmativas no campo da educação superior.

Objetivos:

O principal objetivo desta pesquisa é identificar os movimentos sociais e lideranças que defenderam, na década de 90, a política de ação afirmativa enquanto instrumento de garantia dos direitos sociais e, posteriormente analisar a sua influência no processo de constituição destas políticas. Para tal buscaram-se identificar algumas das lideranças e/ou ex-lideranças do PVNC e, a partir do trabalho de campo, reconhecer os principais argumentos e motivações destes sujeitos coletivos.

Metodologia da pesquisa

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa que segundo Minayo é uma metodologia que trabalha “com o universo de significações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (1994, p. 22). No que se refere ao trabalho de campo, fez-se inicialmente o mapeamento das áreas a serem estudadas e posteriormente, elaboradas as entrevistas. Optou-se pela entrevista semi-estruturada porque consideramos que este seria o instrumento mais adequado para obter melhores informações contidas nas falas dos atores sociais. O trabalho de campo teve início no primeiro semestre de 2010 quando foram realizadas as primeiras entrevistas com os militantes que fizeram parte da concepção do Pré-vestibular para negros e carentes.

Desenvolvimento das atividades

Seguindo o cronograma previsto para a realização da pesquisa, no primeiro momento foi feito o levantamento bibliográfico, que buscou identificar uma literatura específica da questão analisada. Logo após a leitura, foi feito o fichamento das obras, principalmente com relação ao conceito de movimento social e o seu papel no processo de construção da democracia brasileira. A seguir, ampliaram-se as leituras e discussões para questões como: políticas de ação afirmativa, relações raciais, desigualdade social e ações afirmativas no Brasil. Com relação ao debate sobre ações afirmativas, alguns aspectos aparecem de forma relevante na atualidade, tais como: a adoção do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras e a garantia de vagas em espaços públicos (como escola e trabalho) para deficientes físicos. A partir da leitura do referencial teórico, discussão em grupo e participação em seminários pode-se conhecer algumas formas de ação afirmativa adotadas nos países e suas particularidades. Com base em estatísticas recentes, divulgadas no PNAD de 2007, verificou-se que as políticas de ação afirmativa vêm propiciando a inclusão de membros de grupos sociais que vivem em condição de subalternidade, nas universidades do país. Esta nova conjuntura vem confirmar a direção dada pelo Ministério da Educação que está divulgada no documento base II, no capítulo “eixo III - democratização do acesso, permanência e sucesso escolar”, no site do MEC. Ao adotar políticas de ação afirmativa, passa-se a garantir uma maior igualdade no acesso de diferentes grupos sociais. Desta forma, estas políticas vêm se constituindo como um caminho viável de garantia dos direitos sociais, contribuindo para a redução da desigualdade social.

Num segundo momento, em maio de 2011, privilegiou-se a organização de um seminário sobre política de ação afirmativa, que foi um prolongamento do projeto de pesquisa ao qual estou vinculada. Tal seminário intitulado “Políticas de Ação Afirmativa - Desafios e Conquistas” foi um desdobramento da Revista “O Social em Questão”, número 23, que trata do tema de políticas de ação afirmativa. O seminário também tinha por escopo o lançamento da revista. Este evento promoveu a apresentação dos pesquisadores que confeccionaram os artigos da revista mencionada acima, como também, a ampliação do debate.

Referências bibliográficas:

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, ano 38, n. 151. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento** – Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MACHADO, E. Acompanhamento e monitoramento das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. **Revista desigualdade e diversidade** - Revista de Ciências Sociais da PUC-RIO, n° 1. 2007.